

[ENSAIO]

Elementos de práticas feudais “ontem” e “hoje”: o que o Sul Global tem a ver com isso?

Marcelo Barboza Duarte¹

Introdução

Antes de abordarmos as reflexões do assunto e temática em tela, precisamos de antemão deixar claro que tanto Bourdieu (1986, 2012), Borges (1996) quanto Cardoso (1981) nos chamaram e ainda chamam à atenção de que as ciências são campos, espaços e lugares de disputas, embates e conflitos diversos. Isso porque como bem salientou Kuhn (2004), não há neutralidade nas e das práticas e objetivos científicos. Ainda que possuam suas técnicas, rigores, objetividades, conceitos, métodos, certos distanciamentos e aparentes imparcialidades e incertezas, seria inocência e infantilidade em acreditarmos no mito da neutralidade científica. Fatos que aparentemente paradoxais não excluem a busca pela e da cientificidade, e que abarcam também a historiografia e suas produções enquanto ciência e campos com elas problemáticas, suas disputas, embates e conflitos. Ou seja, Bourdieu, Borges, Cardoso E Kuhn nos advertem que as ciências, suas reflexões, produções e revisões são campos espinhosos. Porém, tais espinhos são necessários e importantes para o avanço científico, “seu

¹ Historiador, Filósofo, Sociólogo e Mestre pela UFRJ.

progresso” e sobretudo para o desenvolvimento da difusão e divulgação dos conhecimentos e seus produtos, tanto por suas teses e antíteses – quanto por suas contínuas sínteses. E esses processos, fenômenos e movimentos são inerentes a humanidade e suas produções. Como no caso específico aqui, da historiografia. Entretanto, ela está acompanhada de outras áreas e campos de saber, tal como a sociologia, a antropologia, a psicologia, a filosofia, a geografia, a filologia, a ciência política, a arqueologia e assim como dentre tantas outras. Logo, vale desde já informar que todo o construto em tela está atravessado e marcado pelas perspectivas, abordagens e reflexões anticoloniais e decoloniais (Dumoulin, 2016; Duarte, 2021, 2024).

Possuir terras nunca deixou de ser um objetivo entre os ricos e poderosos de qualquer lugar, sociedade, época e contexto. E obter grandes extensões de terras sempre foi e ainda é sinônimo de poder, fonte de inúmeros recursos, riquezas, domínio e divisor de classes ou para não incorrer em anacronismos, divisor de grupos, tribos, clãs, famílias, etnias etc. Tanto Cardoso (2014), Duarte (2022), Ferro (2017), Eyler (2014), Florenzano (2017) quanto Giordani (1972, 1979) e Guarinello (2016) nos apresentam tais fatos, desde a antiguidade a modernidade, e sejam esses tais fatos evidenciados direta ou indiretamente. Enfim, eles estão lá nos processos e eventos históricos sobretudo aqui, no e do Ocidente.² E alguns

² Não que isso também não tenha ocorrido na África, Ásia e Oriente. E ainda ocorram. Mas na discussão do trabalho em tela estamos mais focados em tais processos e fenômenos no mundo ocidental herdeiro de muitas práticas, costumes, reproduções, manutenções e tradições europeias. O leitor poderá ficar livre para refletir sobre elas, tanto as positivas quanto as negativas; tanto as construtivas quanto as destrutivas. Inclusive suas ampliações e reformulações. Apenas como provocação para as reflexões, a herança europeia sobre e imposta ao Ocidente é tão profunda e intensa que muitos povos colonizados lutarem e lutam pela defesa dos seus colonizadores e colonos. Tanto no passado quanto no presente. As guerras mundiais são um fato. E não basta apenas o discurso de que os aliados lutaram contra fascismos e nazismos, já que estes foram originários na própria Europa. Ou seja, esses eram produtos europeus e que foi disseminando em várias regiões do globo. E quando perderam o controle de seu produto fascismos e nazismos, tão logo convocaram suas colônias para lutar pelo direito de manterem suas colônias, expropriações, explorações e contra seus produtos que os ameaçavam internamente. Brunschwig (1990), Chalhoub (2005) e Romano (1995) sem dúvidas concordariam conosco, isso devido suas exposições sobre processos e eventos relacionados a colonialismos, etnocentrismos e eurocentrismos. Onde suas obras abordam alguns desses elementos em variados contextos, desde as colonizações dos séculos XVI até a primeira guerra mundial. Vale dizer que não se pode generalizar as ações dos povos colonizados e nem as aceitar como se não houvesse

são reformulados, atualizados e reconfigurados na contemporaneidade. Aqui diria que eles vêm se reformulando desde a era medieval à atualidade. Nos referimos ao fato de que possuir terras nunca deixou de ser um objetivo entre os ricos e poderosos de qualquer lugar, sociedade, época e contexto. E obter grandes extensões de terras sempre foi e ainda é sinônimo de poder, fonte de inúmeros recursos, riquezas, domínio e divisor de classes ou grupos, isso entre os com posses ou muitas posses e os sem posses ou com poucas ou quase nenhuma posse. Se observarmos esses fenômenos e seus processos apenas no Brasil desde a era colonial à atualidade, Martins (1990) nos possibilita vários e importantes insights e perspectivas.

Se Fanon (2022) se somasse a tal debate, sem dúvidas ele o estenderia além da colonização das terras chamadas Brasil pelos colonizadores europeus. Ele nos informaria que esses processos e fenômenos que apontamos aqui vão além da colonização das terras denominadas de Américas. Talvez Mbembe (2018) iria concordar com a discussão em tela e daria suas contribuições sobre as questões aqui levantadas, problematizadas e discutidas. Sendo assim, é um ledor engano pensar que a terra ou a posse delas em grandes quantidades, invasões, explorações, colonizações, domínios, controles, expropriações e poder sobre, através e por meio dessas grandes extensões de terras perdeu seu sentido, significado e valor com a passagem do sistema ou era feudal para o sistema capitalista ou capitalismo. Anderson (2004) reforçaria algumas de nossas perspectivas e hipóteses, isso talvez em conjunto com Fanon (2022), Brunschwig (1990) e Mbembe (2018). Não, as posses de grandes extensões de terras não perderam seu valor e objetividades. Inclusive a posse de grandes terras em outros países. Alguns teóricos do sistema capitalista talvez tenham se equivocado sobre essa prática mesclada e multifacetada dos países colonialistas e colonizadores, que é fazer o sistema capitalista interagir estreitamente com a posse de grandes terras e países.

lutas e resistências para com os colonizadores e colonos. Entretanto, há esses insights nas entrelinhas das obras. Importante também deixar claro que o Sul Global precisa entender que Europa e EUA são faces da mesma moeda. Ainda que contenham suas esfinges, simbolismos e disputas diferentes.

Ora, as colonizações foram e são as maiores evidências dessas facetas, performances e mesclas entre práticas de colonização, resquícios de práticas feudais antigas ou eruditas, rústicas e modernas. A atual atuação e agressão das potências euramericanas no mundo global e atual são fatos inegáveis desses processos aqui mencionados e descritos. Sobretudo suas relações e imposições diante e para com o sul global, bem como com e na manutenção das suas colônias e intervenção nas ex-colônias, digo isso em relação as e das potências e imperialismos euramericanos (Ferro, 2017; Bosi, 2010; Althusser, 1987; Chauí, 1980).

Se acatarmos as hipóteses, perspectivas, análises, reflexões e elementos das obras dos autores mencionados e nos focarmos nos elementos, objetivos e práticas relacionadas a obtenção e posse de grandes terras, colonizações, expropriações, explorações e riqueza de poucos em detrimento da pobreza e miséria da maioria – sem dúvidas veremos certo entrelaçamento entre as práticas feudais antigas, medievais, os mercantilismos e capitalismo (Deyon, 1991; Huberman, 1972) se mesclarem ou se interligarem. Isso no quesito posse de terras e desapropriação dos povos habitantes de tais terras (Huberman, 1972). Ou talvez explorá-los ali mesmo, como se o capitalismo contemporâneo tornasse países colônias, colonizados ou ex-colônias em grandes fazendas e sistemas de produção para os grandes conglomerados do Capital Internacional. Dizer que na Ásia, África, Oriente e Américas possuírem colônias euramericanas em pleno século XXI parece um absurdo. Engels (2008) e Thompson (2007) ainda contém observações bastante atuais. Mas o que essa discussão tem a ver com os três tipos de práticas feudais? O erudito, o rústico e o moderno-pós-moderno no trabalho? Veremos esses desdobramentos mais adiante.

O que poderemos observar até aqui, é que na verdade, o sistema capitalista incorporou em muito das teorias, práticas, elementos e conteúdos das relações feudais antigas. Isso desde a era dos povos gregos e romanos dos sécs. IV a.C. ao III d.C., bem como do sistema medievo dos sécs. VII ao XVI-XVII d.C. E a questão fundamental nessa relação e

incorporação são as posses das terras nacionais e internacionais, a continuidade dos processos e procedimentos de colonialismos e colonizações, expropriações e explorações de tais terras e dos sujeitos subalternos, subalternizados e colonizados em vários sentidos, âmbitos e aspectos. Acredito que La Boétie (2014) concordaria com nossas observações sobre colonização, escravidão moderna e subalternização aos processos e continuidades escravistas na e da modernidade.

É importante dizer que “PARTE” de tais objetos de análises aqui em discussão estão inseridos em contextos específicos e nos continentes europeu e partes da Ásia, África e Oriente. Isso se dá dessa forma porque estamos traçando um percurso de ida e volta ao passado e ao presente. Evitando ao máximo não nos enveredar por discussões que possam nos levar a anacronismos. E por isso estamos nos desvencilhando de conceitos e teorias mais dogmáticas sobre a historiografia, sociologia e outras mais. Já que o objeto em discussão e fio condutor do trabalho é a questão da posse de grandes terras ou grandes quantidades de terras, seja pelos grandes latifundiários antigos aos modernos, dos políticos e governos aos empresariados da modernidade. A posse de terras de outros povos e as colonizações são o núcleo desse emaranhado antigo e atual.

Logo, a colonização e obtenção de grandes posses de terras, domínios sobre elas e seus habitantes, controles e apropriações de grandes fontes e recursos nas e das terras, ainda são um objetivo central das classes, grupos e camadas que detém o poder econômico, político e militar em tais sociedades. Fato claro sobre isso foram os processos de colonização de terras alheias que ocorreram entre os sécs. XIII ao XVI d.C., isso durante o suposto declínio ou transição do sistema feudal para o capitalista (Huberman, 1972; Ferro, 2017; Bosi, 2010; Romano, 1995).

Enfim, essa prática não se definiu como alguns pensam, digo sobre a obtenção de grandes extensões de terras, nacionais e internacionais perpetradas por algumas nações. Terras eram desde os tempos dos gregos e romanos antigos, como ainda é na atualidade, um sinônimo de certo poder, riquezas, fonte de extração de recursos, lugar e meio de produção e

domínio de matérias primas como fonte de sobrevivência. E colonizar na ótica, ideal, prática e política das nações colonialistas e imperialistas, é preciso e necessário (Huberman, 1972; Ferro, 2017; Bosi, 2010; romano, 1995).

As constantes neocolonizações são bons exemplos desse fato social, político, econômico e histórico “atemporal.” E isso atualmente em âmbito e aspecto Global. E o Sul Global precisa estar atento aos novos meandros e processos que conduzem uma região, sociedade, povo, cultura, terras, riquezas, recursos e soberania ao âmbito da subalternização e processos de neocolonizações.

Ignorar os euramericanos em pleno século XXI d.C. promovendo vários conflitos, embates, batalhas e guerras para manterem suas colônias, bem como conquistar novas terras, não é uma boa saída intelectual e de percepções. Até porque fatos e questões como essas também foram PARTES dos mecanismos e dispositivos geradores tanto da primeira quando da segunda guerra mundial. Tais guerras foram um produto direto dos interesses europeus e americanos. E que desde o início do séc. XX d.C., ou seja, o século passado – os mesmos ainda continuam promovendo e disseminando dissensão, conflitos e guerras pelo globo. E isso por alguns motivos básicos e resumidos em: manter seu poderio, controle e hegemonia sobre todo o globo; se apoderar de terras e riquezas de outros países, povos e culturas; e explorá-los e expropriá-los ao máximo para obtenção de mais riquezas e acúmulos dessas para as classes dominantes euramericanas. Esse é o resumo ou sumário dos processos de colonizações perpetradas em boa parte pelos antigos povos colonizadores ou pelos atuais países que as executam, isso desde alguns séculos passados (Ferro, 2017; Duarte, 2021, 2022, 2024; Bosi, 2010; Romano, 1995; Brunschwig, 1990).

Importante esclarecer que as duas primeiras grandes guerras mundiais foram produtos e em contextos específicos europeus. Eventos gerados por eles e em boa parte em seu continente. Entretanto, também foram eventos que os EUA souberam aproveitar para tirar proveito, bem como também dividirem o mundo mais dividido do que já estava, e assim

retirarem a maior fatia e benefícios do “bolo (das riquezas e ou espólios das nações, em alguns casos até pilhagens),” isso com as desgraças da guerra, e ao mesmo tempo fincarem sua bandeira e seus processos de colonização ou neocolonização em muitos continentes, países, suas terras e riquezas. Ferro (2017), Hobsbawm (2011, 2014) e Bosi (2010) apontam para isso. Sendo assim, iremos retroceder a antiguidade dos contextos romano dos séculos III-V d.C. e pós a isso desenvolvermos o assunto da posse de terras e os tipos de feudos, partindo da antiguidade ocidental e europeia. No qual começamos a partir dos próximos tópicos.

Contextualizando a problemática e reflexões sobre ela: a posse de terras³

Desejamos iniciar este tópico informando que em um trabalho desse gênero não é possível atender a tantas demandas, temas e assuntos apresentados, bem como aprofundá-los e trabalhar os vários flancos que foram abertos. E que ainda serão. Uma vez que a proposta em tela é uma problematização dos processos e mecanismos históricos de colonização ligados a posse de terras, povos e “nações inteiras.” Seja pela força ou pela ideologia. Dessa forma, a partir desse tópico em diante desenvolveremos as questões ou flancos relacionados e abertos quanto ao que diz respeito aos três tipos de feudos sob nossas perspectivas. Sendo assim, o trabalho não é uma obra fechada, mas aberta a novas perspectivas, reflexões e problematizações. Já que objetivamos analisar e refletir sobre o passado para compreendermos o presente, bem como conjecturar possibilidades ou hipóteses do ou de um futuro presente, e que está em processos a cada fragmento “de passos a nossa frente.” Também gostaríamos de chamar a atenção para a importância, relevância e ainda atual, o método de análises históricas, políticas, sociais, culturais e econômicas de Marx e Engels, o *Materialismo Histórico-Dialético*. Isso como método e abordagem de

³ - Este tópico está profundamente influenciado pelas percepções e concepções sobre a origem da propriedade privada, aqui nos delimitamos a terras, tanto de ou em Rousseau (1999) quanto de ou em Marx & Engels (2005, 2011). Talvez todo o trabalho esteja influenciado por eles, inclusive por Huberman.

observação, verificação, análises, reflexões e hipóteses da realidade concreta e sobre o passado e o presente. No qual está sendo utilizado aqui para refletir sobre toda a materialidade e realidade histórica da antiguidade ao presente. Entretanto, não priorizando o fator econômico, mas expondo certa complexidade de áreas sociais, políticas e culturais envolvidas nos processos e eventos históricos. E que aqui apontam para o fator posses de grandes extensões de terras como cruciais para a obtenção de riquezas, poder, domínio, influência, controle e divisões entre grupos, povos, etnias e ou “classes (Marx & Engels).

Muito ouvimos falar sobre práticas feudais, feudalismos, senhores feudais e dentre tantos outros elementos, figuras e símbolos relacionados a esses conjuntos e suas relações sociais, políticas, econômicas, culturais, comerciais e históricas.

Inclusive já houve e ainda há discussões se no Brasil durante o processo colonial ou de colonização europeia conteve feudalismo ou se este se fez presente nas colonizações das e nas américas como um todo. Talvez tenha havido elementos de práticas feudais. Sim, não o feudalismo como sistema, mas as práticas feudais ou certas essências características de práticas feudais ou de feudos, tanto erudidos quanto rústicos. Após o leitor ficar mais familiarizado com as formulações desses conceitos será possível compreender que feudo ou práticas feudais não são sinônimos de feudalismos.

Talvez, possamos também inferir que o sistema feudal não foi único, estático, uniforme, o mesmo, igual e atual em todas as regiões do continente euroasiático (euroasiático porque a influência da Europa e desse contexto atingiu partes também da Ásia e até mesmo da África e Oriente). Logo, parece que houve muitas práticas e de elementos feudais semelhantes, consonantes, dissonantes e diferentes dos séculos V/VI ao XVII d.C. Mas, contendo certas manifestações, processos, fenômenos e movimentos essenciais que o colocavam como um sistema social, cultural e fundamentalmente político e econômico, denominado de feudalismo (s) e ou de práticas feudais.

As práticas feudais foram e talvez sejam bem antigas como já informado, porém, mais tarde as práticas feudais ganharam o sufixo “ismo” pela burguesia em ascensão. E assim passam a serem denominadas de sistema feudal ou de feudalismos. “Feudalismos” porque tal sistema foi multiforme ou multifacetado e com várias características, mas com certas essenciais a ele enquanto tal. Importa dizer que não estamos fazendo apologias ao mesmo, mas sim o contextualizando, o aprofundando e atualizando tais fatos sócio-históricos, culturais e econômicos de certos contextos. Para assim compreendermos alguns de seus elementos e características ainda presentes em nossa era. Fatos que o tema e assunto sugerem com possíveis evidências e verificáveis.

Desse modo, precisamos iniciar essa exposição dizendo que muitos equívocos ocorreram e ainda ocorrem durante as construções da historiografia europeia, pela, dá e na própria Europa, isso sobre e em relação as suas próprias práticas e narrativas históricas e historiográficas, finalidades e ações políticas objetivadas intencionalmente, no qual parecem incluir certos elementos contraditórios, ficcionais e paradoxais nas referidas. Para que assim além de confundir os incautos, também transmitam suas ideologias e ideais. Como diz o bom ditado popular: “Enfeitam o pavão!” Como se ele (a História) precisasse disso, e como se a sua própria existência, processos e práticas já não falassem muito por si. Enfim, os fatos e elementos materiais falam pela própria história, seus processos, antagonismos, contradições e paradoxos que as ideologias mascaram.

Sendo assim, quando boa parte da historiografia apologética, idealista, conservadora, ideológica, alienadora e etnocêntrica, eurocêntrica e europeia narram os eventos da historiografia daquele continente e suas relações com os demais continentes, povos, sociedades e culturas – geralmente eles o fazem com certos malabarismos e ilusionismos abarcando desde elementos e aspectos da linguagem como eufemismos, semiótica, retóricas e falácias que parecem pura magia linguística – e isso o fazem com tamanha expertise e de tal modo que parece que quase todas as atitudes,

movimentos e processos negativos que eles mesmos executaram durante a história deles e nas suas relações com os outros, os que não são eles, europeus – tais atitudes, movimentos e processos negativos sejam apenas ligados, conectados e relacionados aos não europeus. Ou seja, o infrator se torna uma espécie de vítima e herói simultaneamente – e as vítimas se tornam em uma espécie de infratores. E tudo isso ocorre como por uma espécie de reviravolta linguística, de narrativas expositivas, onde infratores são transformados em vítimas e modelos e as vítimas em infratores e incivilizados. Chauí (1980, 2001) nos informaria serem procedimentos ideológicos dominantes e discursos competentes. Enfim, os europeus se colocam como exemplos do mundo e de os civilizar e os converter ao seu ideal e modelo de vida e sociedade. Mais tarde será a vez da América do Norte em se apresentar assim para o globo. Isso já no século XX de nossa era. Ambos os colonialistas sempre invocam a presença de “deus ou desses” como legitimador e autorizador de suas práticas e ações como oriundas do sagrado e do divino. Já que eles se expõem como padrões dados para o restante das sociedades do planeta. Logo, seus países, terras, riquezas e suas posses precisam passarem “pelas alfândegas” euramericanas ou serem subtraídas por elas (Huberman, 1972; Ferro, 2017; Bosi, 2010, Duarte, 2021, 2022; Mbembe, 2018; Fanon, 2022; Galeano, 2016; Romano, 1995; Brunschwig, 1990; Deyon, 1991; Chauí, 1990, 2001).

Algumas especificidades e características das práticas e elementos Feudais Eruditos e Rústicos – a posse de grandes extensões de terras

Dentro dos contextos a serem especificados, iremos assim formular e apresentar as três práticas, tipos ou manifestações feudais, bem como alguns de seus elementos, para que após isso possamos seguir o desenvolvimento das reflexões e seus desdobramentos que ficarão em aberto no trabalho em discussão. Já que o construto são hipóteses de e em discussões, logo, ficando em aberto aos debates e novas ou futuras reflexões e perspectivas. Vale dizer que são nossas percepções e concepções baseadas na historiografia, filosofia, sociologia, antropologia e dentre outras áreas.

Para que assim possamos superar certas reproduções de feudalismo como uma coisa fixa, imóvel e engessada de determinado período, época ou contexto histórico. Para que assim também deixemos de confundir práticas feudais ou de feudos, elementos feudais ou de feudos e feudalismo e ou sistema feudal.

Nesse momento adentraremos entre os sécs. IV a.C. ao III-V d.C.⁴ E realizaremos uma breve abordagem e desenvolvimento das categorias de Feudo Erudido e Feudo Rústico, bem como suas relações e interconexões, isso entre o mundo antigo e o medievo, e estes com a modernidade e ou pós-modernidade – com suas práticas ou elementos feudais modernos e sob novas roupagens, configurações e associações.

Práticas Feudais Eruditas – Essas nós as percebemos e as concebemos da seguinte forma: (1) como práticas que se vinculam entre um certo proprietário de terras e possuidor de trabalhadores, “empregados” e escravos. Entretanto, nenhum desses possui laços e ligações de dependências diretas e “definitivas” entre eles, seus senhores (apenas os escravos com seus donos) e as terras de seus senhores, “patrão” ou dono. São apenas relações comerciais, econômicas, “pragmáticas,” objetivas e reguladas por leis e pelo Estado romano (algumas dessas práticas se apresentam, se montam e se remontam antes Grécia antiga). Não há usurpação do poder do Estado pelo senhor ou dono do feudo e nem por nenhuma manifestação ou prática religiosa. (2) Não há excessos de rigidez na mobilidade ou ascensão social. Ou seja, a possibilidade de mobilidade e ascensão social são maiores do que nos contextos das práticas feudais do

⁴ - Colocamos o recorte dentro desses séculos porque as ações e relações das práticas feudais ou de feudos eruditos não eram contínuas no sentido de iguais, constantes e como as mesmas, nem eram universais, gerais, idênticas, homogêneas e imutáveis. Como a um sistema, rígidas, fixas e imóveis. Mas, elas continham certas essências e conteúdos que é possível observá-las e categorizá-las, no qual iriam se reproduzindo e se metamorfoseando pelos processos históricos em práticas feudais rústicas do medievo ou medievais, se tornando em alguns séculos mais tarde em um sistema econômico e outros, o sistema feudal ou feudalismos (Anderson, 2004; Cardoso, 2014; Cardoso & Vainfas, 1997; Duby, 1967, 2005; Huberman, 1972; Engels, 2011; Eyler, 2014; Guarinello, 2016; Florenzano, 2017; Franco Jr., 1983; Giordani, 1972, 1974, 1979; Grandazzi, 2019; Grimal, 2016; Salinas, 2002; Calainho, 2017; Orser Jr., 1992; Childe, 1967, 1971; Hirst, 2014; Le Goff, 1990, 2014, 2017; Bloch, 2005).

período medievo. (3) Tais práticas feudais eruditas não são ligadas a dependência, autorizadas e reguladas por nenhuma forma, tipo, modo ou manifestação religiosa, ainda que entre elas contenham elementos e práticas místicas, mágicas, de crenças, rituais etc. Entretanto, essas não se comparam ao processo e sistema que conectavam as práticas feudais-medievais com e nas manifestações e práticas religiosas ligadas a elas, bem como a existência de uma instituição religiosa como uma das maiores senhoras feudais no medievo, fato que não ocorreria antes, digo na era das práticas feudais eruditas. (4) Tais práticas feudais eruditas eram reguladas pelo monarca, pelo Estado e ou pelo imperador. Inclusive havia movimentos internos ao reino e ou império que se manifestavam por mais leis que “fiscalizassem” e atendessem as necessidades e interesses de terras por e de certos grupos não pertencentes as classes ou camadas dominantes e hegemônicas. Ou seja, as disputas por terras não eram práticas apenas de uma minoria, grupo, camada e classe central e centralizadora de posses, domínios e controles de terras. Haveria mais elementos e características que poderiam ser elencadas. Entretanto, acreditamos que apenas estas já são o suficiente para realizarmos certas relações e comparações. E também introduzir o leitor nas conexões do assunto. Para a elaboração dessas perspectivas, percepções e concepções nos utilizamos de vários autores que se encontram nas referências bibliográficas, sobretudo nas obras de Marx e Engels; Cardoso; Rousseau; Childe, Orser Jr., Franco Jr.; Huberman; Fanon, Duarte, Giordani, Chalhoub, Burke, Le Goff, Duby e autores da historiografia antiga e medieval. Entretanto, fizemos a síntese dos referidos para tais elaborações, formulações e perspectivas por nossas percepções e noções. Assim também ocorrerá para com os outros dois tipos de práticas feudais ou de feudos.

Nesse momento adentraremos pelos contextos dos sécs. VI-VII d.C. ao XV d.C. Talvez possamos “estendê-las ou levar” as práticas feudais Eruditas até os séculos XVI ou XVII d.C. Já que alguns de seus elementos que foram expostos eram fortes e evidentes ainda nos séculos VI-VII d.C. ao XVI/XVII d.C. É evidente que contendo suas nuances e certas distinções com e das práticas feudais rústicas. O que demonstra que falar de feudos,

sistema feudal, práticas feudais não significam exatamente as mesmas coisas. Porém, não deixam de possuir ligações e interconexões. No qual veremos a seguir.

Práticas Feudais Rústicas – Estas nós as percebemos e as concebemos como: (1) A posse de grandes extensões de terras e as relações de dependências com estas, com as mesmas e por seus produtos, como sendo o centro e movimento chave do comércio, economia e finanças da era feudal-medieval. (2) Os senhores feudais ou grandes suseranos eram ou faziam “a própria lei,” ainda que algumas existissem, bem como os acordos e pactos – mas, geralmente eles eram quebrados pelos mais poderosos com fins a tomar mais terras de outrem – ou seja, eram eles quem faziam e regulavam as leis e regras conforme seus interesses e necessidades. (3) Não há mais um imperador, monarca e ou um Estado que os regularizem e os fiscalizem eficazmente. Logo, (4) não há um império, rei ou monarca único-central que regularize, fiscalize e dê certo ordenamento a tais práticas feudais do medievo. Portanto, será comum, constante e contínua as guerras entre senhores feudais com objetivos de possuírem as propriedades alheias, assim como possuírem também os servos, escravos e produções dos outros. (5) O fator religioso, mágico, ritualístico e místico são de suma importância nesse contexto e seus processos, uma vez que os reis, suas propriedades e poderio militar e feudal são considerados pela religião dominante e hegemônica como uma dádiva divina, hereditárias e sob a “benção” e proteção de “Deus.” O grande rei e rei dos reis. O grande soberano e governante do planeta. (6) Dessa forma, a religião autoriza, legaliza, legitima, fiscaliza e se torna uma das grandes senhoras feudais da época e contextos. (7) Há profunda, extensa e enorme dependência das relações sociais, comerciais e econômicas em relação as terras e seus produtos. E os servos e escravos serão os maiores dependentes e presos a tal relação de dependência e luta por sobrevivência. (8) A mobilidade social é ínfima, extremamente reduzida durante os sécs. VII d.C. e XV d.C., talvez possamos inferir até mesmo até os séculos XVI d.C. Aqui também poderíamos elencar outros fatos, características e dentre outros sobre as práticas feudais

rústicas. Vale lembrar que assim como as datações são oscilantes, as práticas e elementos feudais também o são a cada século, contexto, região e países que irão se formar. Mas sempre havendo certa essência permanente em quase todas as práticas feudais e seus respectivos elementos: a obtenção, posse, domínio, controle e colonização de terras. Assim como a presença mística, mágica, religiosa, ritualística e política como legitimadoras de tal prática. Ou seja, as relações e vínculos de certas sociedades ou associações entre políticos, governantes, a elite, o alto clero ou as autoridades religiosas e o fator objetivo: terras (Anderson, 2004; Cardoso, 2014; Cardoso & Vainfas, 1997; Duby, 1967, 2005; Huberman, 1972; Engels, 2011; Eyler, 2014; Guarinello, 2016; Florenzano, 2017; Franco Jr., 1983; Giordani, 1972, 1974, 1979; Grandazzi, 2019; Grimal, 2016; Salinas, 2002; Calainho, 2017; Chalhoub, 2005, 2015; Orser Jr., 1992; Childe, 1967, 1971; Hirst, 2014; Le Goff, 1990, 2011, 2014, 2017; Bloch, 2005, 2011; Marx & Engels, 2005). É importante dizer que certos elementos, resquícios, fatos e “essências” se fizeram presente desde as práticas feudais ou de feudos na antiguidade, antiguidade tardia e sua transição para a era medieval, suas práticas feudais e para o sistema feudal e ou feudalismos pós séculos VI d.C. em diante. Ou seja, havia certos “câmbios e intercâmbios” nesses processos e práticas.

Práticas ou Elementos de práticas Feudais na Modernidade ou Pós-Modernidade. Aqui nós poderíamos situar dois momentos das práticas feudais ou de resquícios de seus elementos – tanto eruditos quanto rústicos nessas “supostas NOVAS fases históricas.” Já que temos a impressão de que há certa dualidade de tempos e práticas simultâneas após os séculos XV-XVI d.C. – isso em e entre o moderno e o pós-moderno do século XX.⁵ Podemos conceber ou entender a modernidade se iniciando entre os sécs.

⁵ Apenas como um exemplo dessa problemática dual e simultânea de práticas ou resquícios de elementos feudais, podemos observar os procedimentos de cercamentos ocorridos na Inglaterra dos séculos XII e XVII-XVIII de nossa era, e com práticas, resquícios e elementos feudais eruditos, rústicos ou ambos, inclusive na própria transição do sistema feudal para o sistema capitalista mercantilista ao atual capitalismo financeiro. Talvez com forte poder e apelo agrário e TERRAS. As colonizações pós séculos XV d.C. e as neocolonizações atuais estão repletas de elementos, resquícios, marcas, símbolos etc., ligados as práticas de feudos (Duarte, 2022, 2024).

XIV d.C. ao XV, ou XVI d.C. Ficamos com essas oscilações de supostas datas, devido aos inúmeros debates e convenções sobre quando se deu o início da era considerada moderna. Que ainda é um problema não resolvido. Porém, tais detalhes não impedem os avanços dos processos de conhecimentos e nem a produção da historiografia (Borges, 1996; Cardoso, 1981; Cardoso & Vainfas, 1997; Dumoulin, 2016).

Sendo assim, para certas correntes de pensadores e teóricos nós ainda de alguma forma e tipo, estaríamos no período ou linha de tempo “evolutivos” em andamento, como uma espécie de esteira da era moderna ou da história moderna, mesmo em pleno séc. XXI de nossa era. Mas com enormes e significativas transformações e mudanças em vários sentidos, âmbitos e aspectos. Já para outras correntes de pensadores e teóricos a pós-modernidade se inicia no séc. XX de nossa era, durante ou em sua virada para o atual século XXI. Ou seja, há certas rupturas entre a modernidade e a pós-modernidade, assim como também há certas continuidades com e entre as referidas. Cabe dizer que tais pensamentos, teorias, hipóteses e discussões não são irrelevantes, e que cada uma delas carregam em si sua importância assim como suas reflexões filosóficas, políticas, culturais, sociais, econômicas, antropológicas, sociológicas e dentre outras. No qual se entrelaçam para se propor se “somos todos modernos,” “pós-modernos ou nenhum dos dois.”

Dessa forma, as práticas feudais eruditas e rústicas com e em seus elementos atravessaram desde os sécs. XIV, XV e XVI d.C. e chegaram até nós em pleno séc. XXI. Conforme já mencionado e apresentado algumas evidências. Tais como os colonialismos e expansionismos europeus e americanos dos séculos XX em diante; talvez seja correto dizer os neocolonialismos contemporâneos, e que são a obtenção de terras de outros países, povos, sociedades e culturas, no qual são submetidas a processos de produção local e nacional para atenderem aos interesses e necessidades de grandes empresários, latifundiários e ao capital internacional. Além disso parece ser possível observar que o sistema capitalista internacional em seus pequenos centros de poder em polos euramericanos estão criando grandes

zonas em outras regiões e países como a uma enorme fazenda “nacional” para a exploração, extração, e expropriação de bens, produtos, serviços, riquezas e produção do melhor para o mercado internacional e as sobras para os presos ou dependentes nacionais do solo de seu país de origem. Digo aos que não possuem poder econômico ou outros fatores para se moverem de suas condições de pobreza e miséria quase que hereditárias. Uma vez que se somam em tais condições bilhões de indivíduos do globo. Mesmo havendo certos episódios de mobilidade e ascensão social de poucos sujeitos. Entretanto, a maioria da população global ainda vive como “cativos em suas próprias terras, países ou nações.” E aquelas concepções e percepções descritas sobre as práticas feudais eruditas e rústicas são como instrumentos ou ferramentas que de modo sutil se alinham ao sistema capitalista financeiro e o potencializa para o tornar quase que multiforme e multifacetado em suas maneiras e formas de agir, explorar, expropriar, produzir, acumular e gerar mais riquezas e poder para poucos em detrimento da pobreza, miséria e sofrimento de milhões de pessoas pelo globo. E o sul global precisa estar atento a tais fatos. Ora, as práticas feudais estão intrinsecamente ligadas a posse, a exploração, a expropriação e a uma forma específica de colonização, tanto em nível micro quanto macro, tanto simbólica, figurada e analógica quanto efetiva, concreta e em ações reais e objetivas. Um exemplo talvez para alguns um tanto grosseiro, ou infundado, é que neste exato momento há movimentos fazendo ressurgir elementos e caracteres das práticas feudais eruditas e rústicas em plena contemporaneidade – onde processos de colonizações, posses de territórios e imposição da hegemonia euramericana estão quase que forçando uma terceira guerra mundial. E com motivos e causas bastante semelhantes, colonialismos, posses de terras, de riquezas e de nações inteiras, além da soberania delas. Uma leitura atenta, perspicaz, aberta e ampla de Hobsbawm (2011), Mbembe (2018), Ferro (2017), Brunschwig (1990) e Said (2019) podem nos esclarecer muito.

Sendo assim, as práticas feudais ou de elementos e resquícios feudais ou de feudos, ainda são evidentes e se dão com e em novas

roupagens, bem como seus elementos com elas, e ambos foram sendo atualizados e ressignificados, inclusive assumindo novas formas dentro do sistema capitalista, assumindo tipos e se adentrando e se adequando em novos processos contextuais e históricos. Como já mencionado, mesmo com e no sistema capitalista e suas “fases.” Logo, as práticas feudais não deixaram de serem aplicadas, assim como seus elementos de práticas feudais, quer sejam eruditas ou rústicas. Ou ambas (Duarte, 2021, 2022, 2024). E isso atravessando toda a era moderna até a aparente pós-modernidade. Nesse momento não será necessário se apresentar mais características das práticas e elementos feudais na e da modernidade e/ou pós-modernidade de modo mais extenso, intenso e aprofundado. Uma vez que o leitor já contém informações e dados suficientes desde a introdução, as exposições de práticas feudais eruditas e rústicas para associá-las e relacioná-las com a modernidade ou pós-modernidade, realizar as aplicações dos elementos e práticas, e como num certo “jogo de quebra-cabeças” chegar as próprias conclusões ou considerações sobre as hipóteses, perspectivas e discussões em tela.

Para problematizarmos e refletirmos um pouco mais, porém por outros ângulos, aspectos, representantes, características e fatores da discussão que se desenvolve até o momento, retornaremos ao contexto romano e sua configuração em república e império e assim prosseguiremos até chegarmos na contemporaneidade. Contemporaneidade que está intrinsecamente ligada e conectada direta e indiretamente ao passado, suas práticas e elementos atuantes e disfarçados como “agentes” em novas fórmulas e roupagens no atual século.

Dessa forma, iremos refletir sobre um complexo, antagônico e paradoxal problema: A questão e o problema sobre os bárbaros. Que se interliga com ou do primeiro ao último tópico. E que denominamos a questão da problemática “o bárbaro.” E esta problemática também está ligada e associada aos processos, procedimentos e práticas feudais antigas e modernas-pós-modernas.

Costumamos sugerir um exemplo claro, clássico e objetivo: “a invasão, declínio e queda de Roma ou do império romano por causas, influências ou questões dos bárbaros contra o referido império.” Sendo este fato ou fator considerado uma das causas e ou das grandes causas da suposta degradação e queda de Roma, Santo Agostinho (2004, 2014) no séc. IV-V d.C. bateu muito nessa tecla em suas obras. Sobre a decadência dos povos bárbaros e suas influências sobre Roma ou Império romano.

É importante deixar claro que os termos bárbaros aqui serão trabalhados dentro dos contextos, abrangências e limites do império romano, isso desde a república ao seu suposto declínio e queda – ou seja, entre ou por volta dos sécs. V-I a.C. ao V/VI d.C. Ficará notório como o termo e a questão bárbaro foi objeto e instrumento político, ideológico, preconceituoso e móvel para sujeitos específicos, em condições específicas e com características específicas. Como se fosse um jogo de palavras, linguagem, conceitual, político e que marca e demarca povos e culturas, bem como os fazem associar e desassociar, estigmatizar e criar estereótipos. E que com isso, foi um termo e jogo utilizado pelas e nas construções narrativas e de historiografias dominantes e hegemônicas, para assim fazerem o termo bárbaro a princípio identificado e relacionado pelos romanos contextuais a eles, o utilizar para com os não romanos, sobretudo seus vizinhos próximos, e que fundarão a futura Europa, bem como para com os povos tidos como bárbaros das regiões bem mais distantes e ou demais continentes (Giordani, 1972, 1974, 1979; Liverani, 2017).

Logo, para prosseguirmos, precisamos esclarecer e contextualizar esses bárbaros, para assim compreendermos a temática e o assunto de discussão em tela: Os três tipos de práticas feudais e seus resquícios na modernidade e/ou pós-modernidade: O Erudito, o Rústico e o Moderno-Pós-Moderno. Talvez práticas que podem se repetir?

Em primeiro lugar, é preciso informar que as constantes e contínuas narrativas europeias, eurocêtricas, copistas e reprodutivistas apresentam para o público em geral que - para os romanos, os povos tidos como bárbaros eram ou só foram apenas os povos africanos, asiáticos e orientais.

E como isso ocorre? Ora, com a um jogo sutil de palavras, imagens, representações, estereótipos, termos, características, adjetivos e nomenclaturas – onde tais narrativas e exposições os diferenciam dos germanos, gauleses, visigodos, saxões, vândalos e mais a frente os francos e dentre tantos outros. Todos esses últimos desse segundo grupo sendo vizinhos e bem mais próximos de Roma, a cidade. É muito mais nesse palco próximo a cidade de Roma que se darão tais complexidades de seu suposto declínio e queda. E não nas regiões distantes do palácio e do trono do rei e imperador. O jogo e suas disputas de poder são muito mais internos, ao redor e derredor de Roma-Cidade do que nas extremidades do império. Porém, muitas historiografias omitem isso. Intencionalmente e ideologicamente. Mas veremos o porquê disso.

Portanto, como num passe de mágicas linguísticas e de imagéticas que saem dos eufemismos e passam para o sentido pejorativo mais baixo, negativo e político, esses bárbaros são apenas identificados como sendo apenas os povos da África, Ásia e Oriente. Para compreendermos esses passes de mágicas linguísticos, imagéticos e de representações ideológicas autores como Aristóteles, 2005; Chauí, 1980, 2001; Citelli, 1990; Orlandi, 2020; Fiorin, 1994, 2005; Bourdieu, 2012; Duarte, 2021; Reboul, 1975; Gancho, 1993; Pêcheux, 2009; Marcondes, 2012, 2015; Wittgenstein, 2014, 2018; Bakhtin, 2016; Brandão, 2004 e Severino 1986, são de suma importância para a compreensão de tais jogos linguísticos, de linguagens e ideológicos construídos pelas narrativas eurocêntricas, etnocêntricas, dominantes, hegemônicas e imperialistas.

A exemplo disso é que um Anibal, Átila o huno e outros que são construídos ideologicamente e politicamente para representarem tanto um tipo de mal, decadência, incivilidade e violência quanto de quase todos os tipos e supostos bárbaros em geral. Tanto ele quanto seus povos e culturas. Assim como ocorre com “um Gengis Kan,”⁶ com os povos negros, indígenas

⁶ Esses indivíduos, seus grupos, povos e culturas são apenas uma forma de amostragem de como se desenvolveu as percepções, concepções, adjetivações, caracterizações e estereotipações para com o outro, o diferente e denominado de bárbaro na antiguidade, na

e escravizados. Porém, isso não ocorre de maneira clara, evidente, factual e expressa com os bárbaros europeus ou da futura Europa, isso após os séculos VIII-IX d.C. em diante. Digo sobre os germanos, gauleses, visigodos, saxões, vândalos, francos e dentre outros. Como dito, povos e culturas como as de Átila e Aníbal são exemplos da construção da decadência e do mal. Assim como os futuros europeus irão transformar esses bárbaros, no qual eles também eram considerados, apenas sendo os povos do Oriente, África e Ásia. Sobretudo os não europeus, tidos como pagãos, hereges, e fundamentalmente os povos e culturas muçulmanas pós séculos VIII d.C., indo até os séculos XIX de nossa era. Talvez os europeus ainda os considerem inferiores.

Com isso, como uma névoa sutil através e por meio da escrita, da imagética, das representações e das narrativas Roma cai sob o domínio bárbaro, e tão logo esse termo vai sendo desassociado dos germanos, gauleses, visigodos, saxões, vândalos, francos e outros da região central e peninsular da Europa central, e passam a ser associados a apenas aos povos da África, Ásia e Oriente (tudo em um imaginário social construído objetivamente e ideologicamente pelas narrativas e representações eurocêntricas). O que boa parte da historiografia dominante, eurocêntrica, colonialista e hegemônica reproduz continuamente. Tanto no continente europeu quanto em suas colônias, ex-colônias e por meio e através de seus agentes em tais países e instituições dessas. Inclusive formando mentes e percepções da história por tais vieses. Fatos que passam despercebidos pelo e no Brasil. Onde muitos descendentes de colonizados se sentem ofendidos quando lhes são mostrados os processos de colonização e neocolonização constantes e para além de terras, ou seja, também de mentes e corpos, e isso feito sutilmente e especializadamente por parte do colonizador e colonos, opressores e agressores. E com isso as vítimas acabam que se identificando mais com o agressor, o opressor, o estuprador e o colonizar. Talvez quase um tipo de sintoma semelhante a síndrome de

medievalidade e chegou até mesmo na modernidade. Entretanto com termos como selvagens, incivilizados etc. (Duarte, 2021, 2023, 2024).

Estocolmo. Mas voltemos a discussão da problemática quanto ao bárbaro. E deixemos a paixão do sequestrado pelo sequestrador de lado.

É possível observar que em grande parte as construções artísticas e imagéticas posteriores sobre os povos tidos como bárbaros ou da queda de Roma dos sécs. V d.C., quase sempre serão criadas apenas em torno das formas, figuras, imagens e características dos povos e culturas não europeias: ou seja, dos africanos, asiáticos, orientais etc. Essas figuras, imagens e representações específicas e direcionadas ganham mais força nos movimentos Renascentistas pós séculos X d.C. em diante. O que se torna uma criação e representação da imagem, sociedade e cultura do outro, o estranho.

E assim, os supostos e “verdadeiros bárbaros” que contribuíram em muito para o declínio e queda de Roma, em um passe de mágicas de narrativas receberão outras representações, tais como o rei X, Y, Z e assim por diante. Já os povos não participantes desse conjunto que vai se transformar e dar origem a Europa, serão denominados enfaticamente como e ou de mouros, sarracenos etc. Sobretudo, os BÁRBAROS. Talvez sendo considerados os piores. Mas, isso pelas perspectivas e narrativas eurocêntricas. Muito da indústria cinematográfica ocidental (ou indústria cultural) pós anos cinquenta de nossa era a atualidade, produzem e ainda produzem filmes com caracterizações e estereótipos de povos considerados ou tidos como bárbaros sempre com aspectos não europeus, sobretudo os do centro e ibéricos. Quando não utilizavam atores europeus para representarem povos orientais e asiáticos. E sempre de forma caricata e pejorativa.

Esses são apenas um dos inúmeros exemplos dos problemas que há nas produções historiográficas e de visão de mundo em boa parte europeia ou ocidental. E o bárbaro simplesmente e apenas se transformou num passe de mágicas no sujeito-povo-cultura diferente dos modos de vida e características não europeu. Essas representações irão se efetivarem e se seguirem após os sécs. VII d.C. em diante e se fortalecerem mais ainda com as cruzadas pós séc. XI d.C., que nada mais eram também do que um novo

processo neocolonial e neoimperial, agora pelo viés europeu, e não mais ou apenas romano. E isso desmistifica que as cruzadas foram POR motivos apenas religiosos. E eram também sobretudo, por posses de terras e riquezas. Práticas e elementos feudais eruditos ou rústicos? O leitor já possui habilidades para dedução.

Portanto, as cruzadas não foram apenas por questões religiosas, mas sobretudo políticas, econômicas, de dominação, controle e fundamentalmente de manutenção do antigo império romano e de expansão agora, do domínio e gestão de “poder global europeu.” A questão religiosa é apenas uma parte das motivações das cruzadas. Explícita sim, mas implicitamente o motivo maior é colonização, expansão, domínio, controle e apropriação de terras, povos, culturas e suas riquezas. Já que a conversão do outro ou sua aculturação também são formas de apropriação dele e de seus bens diversos. Subordinados aos que os aculturam (Duarte, 2022, 2023; Bosi, 2010; Calainho, 2017; Huberman, 1972; Flori, 2013; Smith, 2019; Maalouf, 2023).

Com isso, surge uma grande contradição e paradoxo, no qual o chamamos de paradoxo constrangedor. E por que uma grande contradição e paradoxo constrangedor?

Ora, tanto a contradição quando o paradoxo constrangedor reside em um único centro-base de ebulição. E que é ou são justamente e principalmente os supostos bárbaros – inimigos romanos – mais próximos e vizinhos, serão exatamente eles quem contribuirão significativamente para o suposto declínio e queda de Roma (Há muitas controvérsias, polêmicas e debates sobre o declínio e queda de Roma, mas nesse momento para objetividade da discussão, nós nos deteremos em ambos como fatos efetivos, e como exposições globais tidas como eventos reais sem hipérboles). Voltemos ao paradoxo constrangedor.

Se Roma declina e cai por diversos motivos, por várias origens, consequências e influências, sobretudo e fundamentalmente como é amplamente divulgado e difundido, isso o foi também pela questão dos bárbaros (além de muitos outros fatores). E esses bárbaros não são

diretamente os das regiões da Ásia, Oriente e África, mas sim dos e pelos vizinhos bárbaros de Roma e que mais adiante irão fundar a Europa. Logo, a exposição da contradição e do paradoxo constrangedor é a seguinte: (1). Que Roma supostamente declina e cai mais pelos bárbaros vizinhos e próximos (os futuros europeus) do que pelos distantes (de outros continentes); e (2). A criação e fundação da Europa é um produto, invenção e formatação de bárbaros. E como observado, não diretamente por bárbaros da África, Ásia e Oriente, mas sim pelos bárbaros vizinhos e próximos do núcleo central do império romano, do trono e de seu poder, isto é, a cidade de Roma, o âmbito dos imperadores, centro de deliberações de poderes e das tomadas de decisões. E (3). Essa produção bárbara, a Europa é belicosa, expansionista, colonizadora e expropriadora, talvez imperialista inerente a suas gênesis. A história da Europa demonstra isso. Basta pesquisar e buscar o tamanho geográfico do continente europeu após os séculos XII, XIII, XIV ao XVII e compará-los com os dos séculos XIX ao XXI. Além de suas colônias desde os séculos XV ao XIX, com colônias ainda na atualidade.

De Roma e da Europa para o Globo

É amplamente conhecido que Roma se desenvolveu sobre as bases também dos escravismos, além de invasões, colonizações, conflitos e guerras. Esse foi um importante ciclo para o desenvolvimento, domínio, poder e riquezas romanas: As invasões, as guerras, as colonizações, as expropriações, as explorações, os saques e a escravidão, isso por e de diversas formas, tipos, modos e sentidos. Roma soube explorar isso, e assim se fez uma grande potência da época e contexto de quase mil anos de duração. Algo realmente incrível. Entretanto, poucos abordam a profunda relação que isso tem a ver com as terras, posses de terras, de seus povos, sua mão de obra e das riquezas naturais de tais terras e das riquezas produtos do trabalho dos povos colonizados, bem como a apropriação de grandes extensões de terras e o processo colonial e de domínio das terras dos não romanos. E as práticas feudais estavam intrínsecas e inerentes a tais processos. A Europa “aprendeu” e soube explorar bem esse quesito e

aspecto de seu modelo e ideal social (o império romano). E colocou em prática. Assim como Roma o fez, a Europa também o executou bem, a tal ponto de expandir seu domínio e processo colonial para além dos oceanos ou dos mares romanos, os *Mare Nostrum*. Poucos entendem que a Europa é um império colonizador multifacetado (Said, 2019; Maalouf, 2021; Bruit, 2013; Deyon, 1991; Ferro, 2017; Goody, 2009).

Voltemos à Roma antiga. O império romano atuava direta e indiretamente, bem como por detrás dos bastidores com uma prática muito comum, natural e normal naqueles povos da época, regiões e contextos, que era a prática feudal ou de feudos. Contendo desde pequenos, médios a grandes feudos e consecutivamente a isso senhores feudais, vassallos, servos e escravos. Mas não como no período exclusivamente nomeado como sistema feudal ou feudalismo. Eram práticas feudais ou pequenos conglomerados compostos de nobres, políticos e generais donos de feudos sem grandes complexidades ou determinantes para a economia local, estatal e monarquia e ou Império. Esse modo de produção se desenvolveu paralelamente a Roma desde sua fase monárquica, republicana e imperial. Tais fatos também ocorrem em boa parte das cidades-estados gregas e em tantos outros povos do entorno e seus respectivos contextos. Mas é evidente de que não foi como e no processo do SISTEMA de feudos da era tida como feudal ou de feudalismos dos sécs. VI ao XVI-XVII d.C. Como já mencionado.

Ou seja, Roma explorava a prática feudal também como uma grande fonte de riquezas, economia, comércio e finanças paralelas ao Estado, suas colonizações e suas leis. Sendo práticas por parte privadas quanto do estado. As denominaremos, como já mencionado e informado, de feudos ou práticas feudais eruditas, porque além de possuírem outras conotações, características e modos, não o eram um sistema, mas sim apenas uma prática comum e rotineira de lucro, exploração, expropriação e riquezas de ricos e poderosos sobre pobres, miseráveis, colonizados e escravizados. Enfim, apesar de características comuns entre ambas, como já mencionado, elas eram diferentes do SISTEMA feudal RÚSTICO. Sendo

assim, elas continham certos relativismos e não eram totalmente estáticas, homogêneas e sem as possibilidades de mobilidades sociais e econômicas. Quando dizemos que elas atuavam paralelamente ao Estado, não significa à margem dele, mas ao lado e autorizada por ele, legitimada e até mesmo regulada, isso com o aval de monarcas, imperadores e importantes políticos. Porém, eram práticas relativas, não centralizadas e nem centralizadoras. Como observado acima nos desenvolvimentos dessas categorias (Cardoso (2014); Guarinello (2016); Giordani (1978); Florenzano (2017); Eyler (2014); Grandazzi (2019); Grimal (2016); Huberman (1972).

Será justamente com o suposto declínio e queda do império romano, sobretudo por causa das supostas invasões bárbaras e dentre outras causas e motivos, porém, fica desde já esclarecido, pelas invasões bárbaras vizinhas em específico e que fundarão a Europa, é que a prática feudal irá se tornar em um sistema, o feudal, que chamaremos de feudalismo, e aqui de práticas feudais rústicas, sistema feudal ou feudalismo rústico. Devido as características também já mencionadas. Logo, aqui há outra exposição de que o sistema feudal ou feudalismo europeu é um produto do próprio sistema ocidental-europeu da época. Não podemos cair nos malabarismos e jogos de linguagens da historiografia eurocêntrica e dominante já apontados e sinalizados, para concebermos uma entidade Extra Europa como fundadora e causas desses dilemas, processos e suas trágicas consequências. Ou seja, será a recente criação bárbara denominada de Europa e seu entorno a Roma quem criarão o feudalismo Europeu como um sistema. Que após quase mil anos será desenvolvido o sistema capitalista pelos herdeiros de tais sociedades, culturas, povos e seus etnocentrismos, colonialismos e práticas feudais.

Logo, o sistema feudal-medieval, que o denominamos de Rústico – irá além de suplantar o formato comercial, econômico, cultural e financeiro da época, bem como as práticas feudais eruditas – ele se tornará o sistema central, centralizador e desencadeador de mais misérias, pobreza, fomes, conflitos e guerras pela e entre a própria Europa, sobretudo desta para com outros continentes, povos, culturas e regiões. Num período de quase um

milênio. E as cruzadas cristãs do ocidente e Europa estarão nesse processo e jogo de poder entre os reis bárbaros, agora buscando exaltações como césares romanos do mundo ocidental (Franco Jr. (1983); Calainho (2017); Huberman (1972); Flori (2013); Smith (2019); Said (2019); Maalouf (2023); Deyon, 1991; Ferro (2017); Goody (2009)).

Como já informado, as cruzadas dos séculos XI d.C. em diante, não foram apenas por motivos ou questões religiosas. A isso basta se verificar as constantes incursões da Europa ou dos reinos-monarquias em vários conflitos mesmo dentro do continente que tinha um tamanho e hoje é muito maior, assim quanto para fora dele (da Europa), se estendendo e se desdobrando pela África, Ásia e Oriente. Uma prática herdada dos romanos, talvez hereditária ou “por processos de osmoses.” Já que inúmeros elementos e práticas romanas estavam inseridas na vida e cotidianos dos bárbaros, agora eles o são os povos europeus. E as práticas feudais irão os acompanhar. Como bem observado desde o sistema feudal, a fundação da Europa até a atualidade.

Dessa forma, a colonização, dominação e expansão em vários sentidos, âmbitos e aspectos serão marcas registradas desse novo império que surgia, semelhante a uma Grécia antiga, sendo ele também aparentemente formado por estados autônomos e independentes. E mesmo às vezes lutando entre si⁷ – e um desejando dominar o outro, bem como expandir seu território para além dos limites do outro, o conjunto como um todo formam uma espécie de império multifacetado. Afinal, esse modelo grego ainda estava em voga. Porém, não há como se negar que o imperialismo romano teve sua influência sobre os bárbaros fundantes da Europa. E as guerras, colonizações e expansões serão motores também desse “novo Império.” Que se inicia por volta dos séculos VII a VIII d.C. e se consolida após os séculos XII d.C. Através e por meio de sua divisão interna entre os futuros estados nacionais, mas que não perdem seu caráter

⁷ - As várias guerras entre italianos, franceses, ingleses, alemães, holandeses, espanhóis, portugueses e dentre tantos outros desde a era medieval a atualidade é o maior fato histórico e material que deve ser continuamente observado, estudado, analisado e refletido constantemente. Só assim entenderemos suas ações, intenções, objetivos e interesses.

expansionista e imperialista. O que se evidencia durante os sécs. XIV ao XVIII com e nas grandes navegações, os brutais processos de colonizações e os objetivos de extermínios de povos, culturas e outros não europeus. Nas Américas do Norte, partes do Centro e Sul – certas etnias indígenas foram exterminadas quase que totalmente por eles. Acredita-se que há etnias que foram extintas (Romano, 1995; Pomer, 1998; Linhares, 2000; Huberman, 1972; Galeano, 2016; Cardoso, 1989). Mas voltemos ao séc. VII d.C.

Sendo assim, por meio e através daqueles novos processos e movimentos – digo sobre as práticas feudais rústicas, diferentes das romanas antigas, que eram as práticas feudais eruditas – Elas ganharam novas formas, modos, aspectos, objetivos e se tornaram também um divisor entre as classes sociais que se tornavam mais evidentes e com seus “abismos de contradições.” As que não possuíam terras das que possuíam. Fatos que não eram fulcrais na Roma antiga e seus feudos. Logo, nesse novo processo já estamos na era do medievo e por volta dos séculos VII ao XVI d.C., onde as práticas feudais rústicas se tornam o sistema econômico-comercial-financeiro dominante da época. O que vai gerar contradições, antagonismos e misérias sem iguais vistas anteriormente (Franco Jr.1983). E que tão logo os europeus darão criação ao novo sistema substituto do feudalismo, o capitalismo. Porém, sem abandoná-lo totalmente.

As distinções de classes eram das que possuíam alguma ou pouca terra para tentarem sobreviver das que possuíam imensas extensões de terras para se produzir, explorar, lucrar e acumularem riquezas. Esse novo modo de práticas feudais rústicas rapidamente vai se desenvolver até se tornar o sistema econômico, comercial e financeiro da época e nos contextos europeus – de seus domínios e colônias. Como já informado. Isso a partir dos séculos VIII d.C. e alcançando ao XVI e XVII d.C. Importante dizer que após os séculos XIV/XV d.C. o feudalismo rústico mesmo em declínio caminhará simultaneamente com as transições e sua substituição pelo/para o sistema capitalista mercantilista-comercial – isso durante, por volta ou entre os séculos XIV/XV d.C. ao XVII/XVIII d.C. As práticas e processos de cercamentos na Inglaterra são exemplos, como já citados. A própria história

inglesa dos séculos XVI ao XVIII d.C. está repleta de práticas ou elementos de práticas feudais, mesmo no capitalismo emergente.

Em alguns casos como na França, as práticas ou elementos desse sistema feudal rústico chegaram “firmes,” isso nos séculos XVII d.C. – ainda que em raros casos e em declínio regional e ou continental. Já que por volta dos séculos XIII a XV de nossa era, como mencionado, a burguesia começa a propor e forçar o/ou um novo sistema econômico, comercial e financeiro: o capitalismo. Portanto, mesmo após os séculos XIV a XVI, ainda houve várias práticas e elementos feudais rústicos (talvez até mesmo eruditos) pela Europa, inclusive em vários de seus domínios, colônias e contextos. Enfim, “feudalismo e capitalismo chegaram a caminhar juntos” por volta dos séculos XV e XVIII de nossa era. Talvez até hoje ainda caminhem. Evidências não faltam. O problema são as interpretações dogmáticas, rígidas e arcaicas criadas pelos próprios eurocentrismos. Elas são criadas e reproduzidas de modo catequético para darem uma contraditória ideia ou noção de avanços, progressos e desenvolvimentos. E assim muitos reproduzem o que eles escrevem, ditam e dizem, inclusive como deve ser e onde começam e terminam os limites das histórias, narrativas e interpretações etnocêntricas e eurocêntricas. Não é admirável que muitas de suas colônias e ex-colônias saibam mais sobre seus colonizadores do que as próprias culturas, histórias etc. – dos colonizados. Ou seja, em grande parte nossas instituições nos “ensinam” a venerarmos nossos vilões.

Portanto, o surgimento e ascensão do sistema capitalista em sua forma, modo e comportamento comercial e financeiro – como mais “forte” do que o feudalismo rústico (e com elementos também eruditos) – o novo sistema não abriu mão das práticas-elementos feudais – desde o erudito ao rústico, como no caso dos cercamentos de terras desde os séc. XII no Ocidente medieval – onde a Inglaterra em pleno século XVII ainda os praticava em conjunto com o surgimento e florescimento do sistema capitalista, e mesmo nos séc. XVIII em diante - era do início das revoluções industriais - a própria Inglaterra através e por meio dos cercamentos e da centralização das posses de grandes extensões de terras por poucos

proprietários e pela coroa inglesa, foram uma prática forte, contínua e constante. Isso para enriquecer e conceder mais poderes a poucos grupos da elite. O que outros países e reis também ainda o faziam ou praticavam de alguma forma desde a era medieval dos sécs. VIII ao XVI d.C. – entretanto, agora dentro dos processos do sistema capitalista pós séc. XV. Práticas que perduraram por longo tempo e em muitas nações dominantes e hegemônicas até os séculos XX de nossa era. Ou seja, a fusão entre capitalismo e posses de grandes extensões de terras.

Podemos dizer que tais práticas e lógicas dos processos feudais e seus elementos, assim como nos conflitos e guerras durante os movimentos de colonizações europeias pelo globo são bastante visíveis, tanto na própria prática interna à Europa quanto nos processos de colonização, expansionismo, domínio, expropriação, exploração e controle externo a ela, no qual podemos dizer que de alguma forma houve e há novos tipos, formas, modos, fórmulas e roupagens de práticas de “cercamentos modernos” ou talvez modernas divisões e demarcações de terras nacionais, estrangeiras colonizadas, conquistadas e exploradas pelos europeus. Sobretudo, práticas ou ações produzidas pelas elites globais.

Poderíamos até mesmo, talvez, – sugerir que as disputas e guerras contínuas e constantes que ocorreram entre os reinos espanhóis, franceses, ingleses, portugueses, holandeses e outros desde os séculos XV a XVIII d.C. por causa das terras denominadas de américas – poderiam ser uma nova forma de “cercamentos.” Onde os povos indígenas quase foram totalmente dizimados para darem lugar aos novos proprietários de suas terras tomadas a balas e canhões. Um massacre inesquecível. E que atualmente tais elementos de práticas feudais eruditas e rústicas ainda se fazem presentes em pleno séc. XXI no Sul global e dentro de artimanhas políticas e militares euramericanas. Terras são sinônimos de poder e riquezas. Ainda mais muitas terras ou países inteiros. E melhor ainda se conterem vastas riquezas naturais, “servos e escravos modernos” para produzir.

Sumarizando as relações entre os três tipos de práticas e elementos feudais: O Erudito: Economia agrária paralela e auxiliar a outras

formas econômicas, de comércio e finanças do estado; pequenos grupos ou conglomerados de nobres, políticos, gerais e comerciantes que utilizam a prática feudal como fonte de lucro; relações de senhorio, suserania e vassalagem limitadas e mais objetivas, práticas e ou pragmáticas; não há dependências profundas desses sobre a terra, pois ela é mero negócio; as hierarquias não são tão rígidas e há possibilidades de mobilidade e ascensão social, política e econômica entre os envolvidos; não é um sistema ou prática autossuficiente e de autossuficiência, e sim complementar ao sistema estatal e a ordem social vigente; não ocorre objetivos de descentralização política, mas reforçar as centralidades existentes. E com isso também ocorre certos mecanismos de trocas diversas, desde as comerciais, políticas e de influências as militares. Isso para proteger os grupos envolvidos nessa dinâmica e seus processos de poder e acúmulo de riquezas através das posses de terras e das práticas feudais permitidas pelo estado. Logo, nesse contexto das práticas feudais eruditas desde os séculos IV a.C. ao V d.C. senhores feudais ou melhor, executores de práticas feudais não recebiam taxas como os senhores feudais do período medieval. Taxas e tributos são cobrados apenas pelo estado, destinados e originários nele e dele, ou pelo Império. Não há influência de uma religião central, da igreja, do cristianismo ou outras sobre essas relações. Não há guerras deliberadas entre esses comerciantes e exploradores da terra e de sua mão de obra escrava e serviçal. Não há um declínio dessa ou nessa prática porque ela não é um sistema econômico e nem de concorrências. O Império é o poder central máximo e centralizador.

Sumarizando as relações entre os três tipos de práticas e elementos feudais: O Rústico: Economia agrária que se torna o sistema econômico central e um sistema centralizador. Porém, com os grandes senhores feudais e ou suseranos esse poder central e centralizador é simultaneamente descentralizado por eles e entre eles, isso porque não há mais um império ou monarca central, centralizador e nem uma economia central. O sistema feudal é a economia central. Logo, haverá poucos donos de grandes extensões de terras em detrimento da maioria da população sem

posses ou terras, em grandes e profundas pobreza e misérias. Ou seja, haverá pouco proprietária de vastas extensões de terras e inúmeros serviçais e escravos dependentes desses senhores e de seu sistema econômico, político e cultura da era medieval dos séculos VI-VII d.C. ao XV-XVII d.C. Logo, há forte presença hierárquica entre suseranos, senhores, vassallos, servos, escravos e população em geral. Inclusive com pouca ou raras exceções de mobilidade social. Isso porque a grande maioria da população está ligada a dependência direta e indireta das terras e suas produções. Os escravos e servos são os maiores prisioneiros nesse e desse processo da exploração de terras e produção agrária. Dessa forma, haverá inúmeros conflitos, disputas, embates e guerras entre os grandes suseranos ou senhores feudais para se sobreporem uns aos outros e se apossarem de suas propriedades e posses diversas. Dessa forma, há certa descentralização política, econômica e militar, mas centrada ou concentrada neles, por eles e entre eles. E com isso a busca de proteção deles pelos menos desfavorecidos, que são muitos. Quase um tipo de sistema de milícias, que já existia desde a era antiga. Portanto, o sistema feudal foi um sistema econômico, político e cultural autossuficiente e em suas práticas feudais. Isso porque a moeda ou dinheiro eram pouco utilizados e as trocas diversas facilitavam as inúmeras formas de transações. Inclusive o próprio sistema de “segurança pública” estará associado e relacionado a toda essa conjuntura, dinâmica e seus processos. Não é admirável a expansão das construções de castelos e fortificações pelos grandes senhores feudais e proprietários de grandes extensões de terras. Sejam elas tomadas, colonizadas, negociadas ou compradas. Logo, eles cobrarão taxas e tributos diversos a todos que estão sob seus “guarda-chuvas” de sobrevivência, trabalho e proteção. Até porque as guerras entre esses senhores das terras serão uma constante. E as pessoas em geral, digo as massas, precisam sobreviverem, se alimentarem e se protegerem. A questão da moradia será o menos preocupante nesses períodos. Já que obter uma moradia era quase um luxo. E em todo esse processo e sistema a igreja cristã terá forte influência sobre toda essa dinâmica, sua manutenção, durabilidade, defesa do *status quo* dominante,

hegemônico e vigente daquela época e seus contextos. Como uma das grandes senhoras feudais, grandemente favorecida e enriquecida nesses quase um milênio de feudalismos, a igreja jamais desejaria o declínio do sistema feudal. Até porque ela também continha vastas extensões de terras em vários países e continentes do globo. E seu declínio a afetaria. Assim como a suas posses, economia e finanças.

Sendo assim, as práticas feudais ou seus elementos feudais estão diluídas em todas essas manifestações apresentadas, dinâmicas e processos. E as práticas feudais ou seus elementos eruditos e rústicos ainda podem ser evidenciados na modernidade e pós-modernidade. Ou seja, o sistema feudal declinou, mas as práticas e os elementos de práticas feudais não desapareceram completamente. Não, eles não foram excluídos do, no ou pelo sistema capitalista, como bem observamos. Eles ainda estão vigentes. Após todas as exposições em tela, acreditamos que o leitor já os identificará em muitas relações, dinâmicas, comércios, práticas e transações desde as comerciais e relações nacionais a internacionais. Fatos que o sul global precisa decifrar e se posicionar. Uma vez que obter grandes posses de terras são sinais de poder, riquezas e sobrevivência.

Conclusões

Ou seja, as práticas e ou elementos feudais foram uma constante e em variações e formas desde a era antiga, a medieval, a moderna e na contemporaneidade. E tanto o Brasil quanto toda a América Latina ou do Sul precisam estarem atentos aos novos mecanismos, dispositivos e práticas de elementos feudais que são introduzidas no país, como e através de novos formatos de colonizações ou de neocolonizações, no qual o poder místico, mágico, divino, religioso, econômico e ideológico andam de braços dados com o poder político e militar, isso para autorizarem e legitimarem a colonização, seus processos e práticas de expropriação, exploração e domínio, atualmente pelos euramericanos para com os não euramericanos. Onde observamos que colonização e expansionismo se ligam a elementos de práticas feudais, pois a terra do outro a ser conquistada é o objetivo

central de um colonizador contumaz, uma vez que ter muitas extensões de terras também são e significam ter ou possuir poder, muito poder, fonte de recursos diversos e riquezas. Imagine se apropriar de um país estrangeiro e de seu território quase que por completo? Já que grandes extensões de terras são ricas fontes de recursos diversos para os parasitas e predadores que ali se instalam direta e indiretamente, para assim sugarem e se apropriarem de tal espaço, povo, cultura, “corpo” e terras. E um colonizador contumaz, parasita, predador, paranoico e obcecado, sem dúvidas será um perigo e um grande problema para qualquer povo, sociedade e seu território. E os “cabeças de pontes e pontas de lanças” dos colonizadores serão cruciais.

Elementos de Práticas Feudais “Ontem” e “Hoje”: O que o Sul Global tem a ver com isso? Os três tipos de práticas feudais e seus resquícios na modernidade e pós-modernidade: O erudito, o Rústico e o Moderno-Pós-Moderno, elementos que se repetem na história. Talvez o leitor tenha sentido certa falta de uma maior especificação ou desdobramento das categorias e de suas características, isso dos e entre os três tipos, formas, modos, performances e ou manifestações das práticas ou elementos feudais: Eruditos, Rústicos e Modernos-Pós-modernos. Porém, como esta é uma produção que temos nos debruçado a desenvolver nos últimos três anos, ainda estamos compondo e organizando tais hipóteses, evidências e teorias a elas vinculadas. E que permanecem em aberto para novas propostas sugestivas e novas reflexões e produções. Finalizamos destacando algumas características presentes como resquícios de elementos feudais em nossa contemporaneidade, tais como: Processos de neocolonizações, domínios, controle, exploração e expropriação de terras. “Cercamentos modernos”. Exclusão, segregação e cerceamento de direitos de pequenos produtores. Apropriação de terras nativas e de pequenos agricultores pelos grandes empresários do capital ou pelos donos de grandes negócios agrários. Pactos, acordos e contratos que beneficiam os donos de grandes extensões de terras e suas práticas exploradoras, expropriadoras e que aprofundam as desigualdades sociais e econômicas. Vínculos entre as manifestações místicas, mágicas, religiosas e ritualísticas junto as jurídicas para

autorizarem, legitimarem e reforçarem tais práticas como benéficas e positivas, e como sendo legais, divinas, vontade dos deuses e assim fazerem com que os explorados e expropriados as aceitem como um destino e ou uma forma de hereditariedade entre os abençoados e os amaldiçoados pelos deuses, no qual os grandes proprietários colonizadores são os abençoados, já os colonizados e explorados são os amaldiçoados, isso porque assim os deuses quiseram e assim planejaram nos dispositivos “do destino e de hereditariedades.” Não seria de se assustar o “renomado” historiador europeu Jaques Le Goff (2014) afirmar ou mencionar que a Europa nasceu e surgiu para educar e civilizar o mundo pelo caminho da paz, da justiça e da igualdade (nós parafraseamos o todo dessa obra, porém, tais formulações do autor estão contidas no último capítulo do livro). Ou seja, o Sul Global precisa compreender que a Europa quanto os EUA não querem a independência, autonomia, liberdade e emancipação de suas ex-colônias e atuais. Fatos que podem ser evidenciados nas antigas e atuais posses nas Américas (exemplos das antigas, as Guianas), na África e sobretudo no Oriente, o massacre Palestino é mais um novo capítulo desses neocolonialismos.

Enfim, a posse de grandes terras pelas classes dominantes e hegemônicas ainda são objetivos centrais e um sinal de poder. Ou seja, colonizar terras ou grandes extensões de terras é ter ou possuir poder – e obter muitas terras é possuir poderes inestimáveis e controle em muitos aspectos da vida, da sociedade e sobre vários povos do globo e de suas riquezas. E todos esses poderes de poucos sobre muitos seria um grande perigo constante e mortal para as massas em geral. Logo, a maioria da população do Sul Global corre enormes perigos num futuro próximo. Talvez num futuro presente que se relaciona e se associa com várias práticas do passado, passado distante quanto passado próximo.

Referências Bibliográficas

ACKER, T. V. **Renascimento e Humanismo**. São Paulo. Atual Editora, 1992.
 AGOSTINHO, A. **Confissões**. São Paulo. Martin Claret, 2004.
 AGOSTINHO, A. **A Cidade de Deus**. Rio de Janeiro. Vozes, 2014. V. I-X.

- ALTHUSSER, L. **Aparelho Ideológico de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro. Graal, 1987.
- ANDERSON, P. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo. Brasiliense, 2004.
- ARISTÓTELES. **Retórica – Obras Completas**. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 2005.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. Rio de Janeiro. Vozes, 2018.
- BAKHTIN, M. **Os Gêneros do Discurso**. São Paulo. Editora, 34, 2016.
- BLOCH, M. **A Sociedade Feudal**. São Paulo. Edipro, 2005.
- BOÉTIE, E. **Discurso da Servidão Voluntária**. São Paulo. Martin Claret, 2014.
- BORGES, V. P. **O Que é História**. São Paulo. Brasiliense, 1996.
- BOSI, A. **Dialética da Colonização**. São Paulo. Editora: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. **O campo científico. sociologia**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à Análises dos Discursos**. São Paulo. Unicamp, 2004.
- BRUIT, H. H. **O Imperialismo**. São Paulo. Atlas, 2013.
- BRUNSCHWIG. H. **A Partilha da África Negra**. São Paulo. Perspectiva, 1990.
- BURKE, P. **The Fabric of Cultures: Essays on the Conflict between Modern and Traditional Societies**. London: Faber & Faber, 1990.
- BURKE, P. **A Escrita da História**. São Paulo. Unesp, 1994.
- BURKE, P. **A Escola dos Annales: 1929-1989. A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- BURKE, P. **História e Teoria Social**. São Paulo. Unesp, 2014.
- CALAINHO, D. B. **História Medieval do Ocidente**. Rio de Janeiro. Vozes, 2017.
- CARDOSO, C. F. S. **Uma Introdução à História**. São Paulo. Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, C. F. S. **América Pré-Colombiana**. São Paulo. Brasiliense, 1989.
- CARDOSO, C. F. & VAINFAS, R. **Nos Domínios da História**. Rio de Janeiro. Campus, 1997.
- CARDOSO, C. F. S. **O Egito Antigo**. São Paulo: Brasiliense. (Tudo é História), 2014.
- CARNOY, M. **Estado e teoria política**. São Paulo. Campinas: Papirus, 1990.
- CHAGAS, C. E. O Papel Social da Língua: O Poder das Variedades Linguísticas - **Revista do Departamento de Letras**. Faculdade de Formação de Professores da UERJ, n, 16, 2008.
- CHALHOUN, S. **Trabalho, Lar E Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo. Unicamp, 2005.
- CHALHOUN, S. **Visões da Liberdade – uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo. Companhia das Letras, 2015.
- CHAUÍ, M. **O Que é Ideologia**. São Paulo. Brasiliense, 1980.
- CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo. Cortez, 2001.

- CHILDE, V. G. **O Que aconteceu no Passado**. São Paulo. Círculo do Livro, 1967.
- CHILDE, V. G. **A Evolução Cultural do Homem**. Rio de Janeiro. Zahar, 1971.
- CITELLI, A. **Linguagem e Persuasão**. São Paulo. Princípios-Ática, 1990.
- DEYON, P. **O Mercantilismo**. São Paulo. Perspectiva, 1991.
- DUMOULIN, O. **O Papel Social do Historiador**. Belo Horizonte. Autêntica, 2016.
- DUARTE, M. B. O que é história, o sentido da história e a historiografia. **Oficina do historiador**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 1-14, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/38960>
- DUARTE, M. B. O Brasil dos poucos donos de grandes extensões de terras: uma aproximação com a pedagogia feudal entre suseranos e vassalos, analogia, metáfora ou elementos feudais? **Revista Mutirão. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul** V. III, No. 3, 2022. <http://dx.doi.org/10.51359/2675-3472.2022.254349>
- DUARTE, M. B. Etnocentrismo, Xenofobia e Medo: Pulsão, Repressão e Recalque como Medo oculto do outro, do desconhecido, do diferente e do diverso. **Interritórios**. 2023. Revista de Educação da Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, BRASIL, V.8 N.17: e254345 [2023 A]. Disponível: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/254345/43090>.
- DUARTE, M. B. Antropofagismo Político ou Canibalismo Político Moderno? Práticas simbólicas e figuradas como instrumentos de apropriação do outro e de suas qualidades, um ensaio. **Revista Idealizando**, Recife, v. 8, n. 1, p. 3-13, 2024, Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/idealizando/article/view/264885>
- DUBY, G. **O Ano Mil**. Lisboa: Edições 70, 1967.
- DUBY, G. **Ano 1000 ao ano 2000, na pista de nossos medos**. São Paulo. UNESP, 2005.
- ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo, Boitempo, 2008.
- ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo. Boitempo, 2011.
- EYLER, F. M. S. **História Antiga Grécia e Roma, a Formação do Ocidente**. Rio de Janeiro. Vozes, 2014.
- FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro. Zahar, 2022.
- FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Nacional. 1979.
- FERRO, M. **A colonização explicada a todos**. São Paulo. Editora: Unesp, 2017.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo. Princípios, Ática, 1994.
- FIORIN, J. L. **Elementos de Análises dos Discursos**. São Paulo. Contexto, 2005.
- FLORENZANO, M. T. **O Mundo Antigo: Economia e Sociedade**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

- FLORI, J. **Guerra Santa. Formação da ideia de Cruzada no Ocidente Cristão**. São Paulo. Unicamp, 2013.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir-História da Violência nas Prisões**. Rio de Janeiro. Vozes, 2012.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins fontes, 2017.
- FRANCO JR, H. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- GALEANO, E. **As Veias Abertas da América Latina**. São Paulo. Editora, L&PM, 2016.
- GANCHÓ, C. V. **Como Analisar Narrativas**. São Paulo. Princípios – Ática, 1993.
- GIORDANI, M. C. **História da Antiguidade Oriental**. Rio de Janeiro. Vozes, 1972.
- GIORDANI, M. C. **História dos reinos bárbaros**. Rio de Janeiro. Vozes, 1974.
- GIORDANI, M. C. **Antiguidade Clássica, História de Roma**. Vozes, 1979.
- GOODY, J. **O Roubo da História: como os europeus se apropriaram das ideias e invenções do Oriente**. São Paulo. Contexto, 2009.
- GRANDAZZI, A. **As Origens de Roma**. São Paulo. Unesp, 2019.
- GRIMAL, P. **História de Roma**. São Paulo. Editora: Unesp, 2016.
- GUARINELLO, N. L. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2016.
- HOBBSBAWM, E. J. **A Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- HOBBSBAWM, E. J. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.
- KUHN, T. S. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo. Editora: Perspectiva, 2004.
- LE GOFF, J. **História e Memória**. São Paulo. Unicamp, 1990.
- LE GOFF, F. **Em Busca do Tempo Sagrado**. São Paulo. São Paulo. Civilização brasileira, 2011.
- LE GOFF, J. **Uma Breve História da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- LE GOFF, J. **As Raízes Medievais da Europa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.
- LINHARES, M. M. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro. Editora: Campus, 2000.
- LIVERANI, M. **Antigo Oriente**. São Paulo. Edusp. 2017.
- MAALOUF, A. **O Naufrágio das Civilizações**. São Paulo. Vestígio, 2021.
- MAALOUF, A. **As Cruzadas vistas pelos Árabes**. São Paulo. Vestígio, 2023.
- MARCONDES, D. **Filosofia, Linguagem e Comunicação**. São Paulo. Cortez, 2012.
- Linguagem**. Rio de Janeiro. Zahar, 2015.
- MARTINS, J. S. **O Cativo da Terra**. São Paulo. Editora: Contexto, 1990.
- MARX, K.; Engels, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo. Editora: Boitempo, 2005.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 2006. v. 1.
- MARX, K. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

- MARX, K. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo. N1 edições, 2018.
- ORLANDI, E. P. **Análises de Discurso**. São Paulo. Pontes Editora, 2020.
- ORSER JR, C. E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte. Oficina de Livros, 1992.
- PAULA, M. F. C. **Políticas de Controle Social, Educação e Produção de Subjetividade**. Florianópolis, SC. Editora: Insular, 2017.
- PÊCHEUX, M. **Semânticas e Discursos**. São Paulo. Unicamp, 2009.
- POMER, L. **O surgimento das nações**. São Paulo. Atual Editora, 1998.
- REBOUL, O. **O Slogan**. São Paulo. Cultrix, 1975.
- ROMANO, R. **Os Mecanismos da Conquista Colonial**. São Paulo. Perspectiva, 1995.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo. Editora: Martins Fontes, 1999.
- SALINAS, S. S. **Do feudalismo ao capitalismo: transições**. São Paulo. Atual Editora, 2002.
- SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e Contra ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.
- SMITH, J. R. **As Cruzadas. Uma História**. Ecclesiae, 2019.
- THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**. São Paulo. Companhia das Letras, 2007.
- WITTGENSTEIN, L. J. J. **Investigações Filosóficas**. Rio de Janeiro. Vozes, 2014.
- WITTGENSTEIN, L. J. J. **Tratado Lógico Filosófico**. São Paulo. Editora: Edusp, 2018.

ELEMENTOS DE PRÁTICAS FEUDAIS “ONTEM” E “HOJE”: O QUE O SUL GLOBAL TEM A VER COM ISSO?

RESUMO

O presente trabalho explora a busca da historiografia, assim como outras ciências em demonstrarem a incessante ânsia de certos grupos, em várias sociedades e em certos contextos – obcecados em se apoderarem de terras – e objetivamente de grandes extensões de terras. Vale dizer que não podemos generalizar tal fenômeno e as observações do referido. Entretanto, também não o podemos negá-lo e deixá-lo à revelia e sem qualquer reflexão e problematização. Sendo assim, podemos observar e dizer que desde a antiguidade até o período moderno, parece haver práticas de exploração e expropriação associadas ao controle de terras por pequenos grupos em detrimento de muitos. Ou seja, o poder, posse, expropriação e exploração de grandes latifundiários sobre grupos, sociedades e sujeitos com “pouca terra” ou sem nenhuma terra. Aqui o com grandes extensões de terras ou sem elas, diz respeito ao sentido de posse, controle, domínio e poder sobre a terra. Logo, a investigação analisa contextos e práticas feudais na Roma Antiga, no sistema feudal do medievo e suas práticas, e as práticas de “feudos” na modernidade, no qual as classificamos em três tipos: as eruditas, as rústicas e as “modernas.” Observa-se que o capitalismo reformulou essas dinâmicas e práticas feudais, porém, mantendo a essência da posse e exploração desigual de terras. O texto também aborda as continuidades e rupturas entre práticas romanas e o sistema feudal europeu, e este influenciando colonizações e processos de neocolonialismo. Ou seja, desde a prática do sistema feudal europeu enquanto povos considerados bárbaros antes dos séculos IV-V d.C., passando pela configuração da Europa dos séculos XII-XIV d.C. e adentrando pela era moderna dos séculos XV em diante com os movimentos e processos “das grandes navegações,” colonizações, dos mercantilismos e capitalismo europeu e Ocidental pós séculos XVII em diante. Sendo assim, utilizando o materialismo histórico-dialético sem ortodoxia, a abordagem aqui considera múltiplas influências sociais, culturais, políticas e religiosas nas transformações sociais, indo além do aspecto econômico. Ou seja, do físico ao abstrato, do material ao imaterial. Do objetivo ao subjetivo. Todas elas se influenciam e são influenciadas nos e durante os processos históricos e suas transformações e mudanças. Essas são nossas perspectivas e olhares para tais eventos e fenômenos analisados: as práticas de feudos eruditos, os rústicos e os modernos-pós-modernos. Como instrumento metodológico de observação, análises e coleta das informações o trabalho fez uso do materialismo histórico-dialético. O trabalho se constitui em uma obra bibliográfica e de revisão da literatura, com novas abordagens, reflexões, problematizações e perspectivas.

Palavras-chaves: Práticas Feudais; Império Romano; Bárbaros; Europa; Terras; Colonização.

ELEMENTS OF FEUDAL PRACTICES “YESTERDAY” AND “TODAY”: WHAT DOES THE GLOBAL SOUTH HAVE TO DO WITH IT?

ABSTRACT

This paper explores the quest of historiography, as well as other sciences, to demonstrate the incessant eagerness of certain groups, in various societies and in certain contexts - obsessed with seizing land - and objectively large tracts of land. It's worth saying that we can't generalize this phenomenon and its observations. However, neither can we deny it and leave it unnoticed and without any reflection or problematization. Therefore, we can observe and say that from antiquity to the modern period, there seem to have been practices of exploitation and expropriation associated with the control of land by small groups to the detriment of many. In other words, the power, possession, expropriation and exploitation of large landowners over groups, societies and individuals with “little land” or no land at all. Here, with or without large tracts of land refers to the sense of possession, control, domination and power over land. Therefore, the research analyzes feudal contexts and practices in Ancient Rome, in the medieval feudal system and its practices, and the practices of “fiefdoms” in modern times, in which we classify them into three types: the erudite, the rustic and the “modern.” It notes that capitalism has reformulated these feudal dynamics and practices, while maintaining the essence of unequal land ownership and exploitation. The text also discusses the continuities and ruptures between Roman practices and the European feudal system, which influenced colonizations and processes of neo-colonialism. In other words, from the practice

of the European feudal system as peoples considered barbarians before the 4th-5th centuries AD, through the configuration of Europe from the 12th-14th centuries AD and into the modern era from the 15th centuries onwards with the movements and processes of "the great navigations," colonizations, mercantilism and European and Western capitalism after the 17th centuries onwards. Thus, using historical-dialectical materialism without orthodoxy, the approach here considers multiple social, cultural, political and religious influences on social transformations, going beyond the economic aspect. In other words, from the physical to the abstract, from the material to the immaterial. From the objective to the subjective. They all influence and are influenced in and during historical processes and their transformations and changes. These are our perspectives and views of the events and phenomena analyzed: the practices of erudite, rustic and modern-postmodern fiefdoms. As a methodological tool for observation, analysis and information gathering, the work made use of historical-dialectical materialism. The work is a bibliography and literature review, with new approaches, reflections, problematizations and perspectives.

Keywords: Feudal practices; Roman Empire; Barbarians; Europe; Land; Colonization.

ELEMENTOS DE LAS PRÁCTICAS FEUDALES "DE AYER" Y "DE HOY": ¿QUÉ TIENE QUE VER EL SUR GLOBAL?

RESUMEN

Esta obra explora la búsqueda de la historiografía, así como de otras ciencias, para demostrar el deseo incesante de ciertos grupos, en diversas sociedades y en determinados contextos, obsesionados por apoderarse de tierras, y objetivamente de grandes extensiones de tierra. Vale la pena decir que no podemos generalizar este fenómeno y sus observaciones. Sin embargo, tampoco podemos negarlo y dejarlo desapercibido y sin ninguna reflexión o problematización. Por lo tanto, podemos observar y decir que desde la antigüedad hasta la época moderna, parecen haber existido prácticas de explotación y expropiación asociadas al control de la tierra por parte de pequeños grupos en detrimento de muchos. En otras palabras, el poder, la posesión, la expropiación y la explotación de grandes terratenientes sobre grupos, sociedades e individuos con «poca tierra» o sin ella. Aquí, con o sin grandes extensiones de tierra se refiere al sentido de posesión, control, dominación y poder sobre la tierra. Así pues, la investigación analiza los contextos y prácticas feudales en la Antigua Roma, el sistema feudal medieval y sus prácticas, y las prácticas de los «feudos» en la época moderna, que clasificamos en tres tipos: eruditos, rústicos y «modernos». Señala que el capitalismo ha reformulado estas dinámicas y prácticas feudales, aunque manteniendo la esencia de la desigualdad en la propiedad de la tierra y la explotación. El texto también analiza las continuidades y rupturas entre las prácticas romanas y el sistema feudal europeo, que influyeron en las colonizaciones y los procesos de neocolonialismo. En otras palabras, desde la práctica del sistema feudal europeo como pueblos considerados bárbaros antes de los siglos IV-V d.C., pasando por la configuración de Europa a partir de los siglos XII-XIV d.C., hasta llegar a la era moderna a partir de los siglos XV con los movimientos y procesos de «las grandes navegaciones», las colonizaciones, el mercantilismo y el capitalismo europeo y occidental a partir de los siglos XVII. Así pues, utilizando un materialismo histórico-dialéctico sin ortodoxias, el enfoque aquí adoptado considera múltiples influencias sociales, culturales, políticas y religiosas en las transformaciones sociales, yendo más allá del aspecto económico. En otras palabras, de lo físico a lo abstracto, de lo material a lo inmaterial. De lo objetivo a lo subjetivo. Todos ellos influyen y son influidos en y durante los procesos históricos y sus transformaciones y cambios. Son nuestras perspectivas y visiones de los acontecimientos y fenómenos analizados: las prácticas de los feudos eruditos, rústicos y moderno-postmodernos. Como herramienta metodológica de observación, análisis y recogida de información, la obra se sirvió del materialismo histórico-dialéctico. El trabajo es una revisión bibliográfica, con nuevos enfoques, reflexiones, problematizaciones y perspectivas.

Palabras clave: Prácticas feudales; Imperio Romano; Bárbaros; Europa; Tierra; Colonización.